



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

# Realizações da Administração do TJPR

---

*Biênio 2011/2012*

*Curitiba, 10 de outubro de 2012*

---



Poder Judiciário - Estado do Paraná  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

### **CÚPULA DIRETIVA**

Des. Miguel Kfoury Neto  
**Presidente**

Des. Onésimo Mendonça de Anunciação  
**1º Vice-Presidente**

Des. Ivan Campos Bortoleto  
**2º Vice-Presidente**

Des. Noeval de Quadros  
**Corregedor-Geral da Justiça**

Des. Lauro Augusto Fabrício de Melo  
**Corregedor da Justiça**

### **MEMBROS TITULARES DO ÓRGÃO ESPECIAL**

Membros da cúpula diretiva e  
Des. Telmo Cherem  
Des. Jesus Sarrão  
Des<sup>a</sup>. Regina Helena Afonso de Oliveira Portes  
Des. Jonny de Jesus Campos Marques  
Des. Clayton Camargo  
Des. Idevan Batista Lopes  
Des. Sergio Arenhart  
Des. Rafael Augusto Cassetari  
Des<sup>a</sup>. Dulce Maria Sant'Eufemia Cecconi  
Des. Miguel Thomaz Pessoa Filho  
Des. Ruy Cunha Sobrinho  
Des. Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar  
Des. Lidio José Rotoli de Macedo  
Des. Rogério Coelho  
Des. Antônio Martelozzo  
Des. Paulo Roberto Hapner  
Des. Paulo Roberto Vasconcelos  
Des. Luiz Lopes  
Des. José Augusto Gomes Aniceto  
Des. Eugenio Achille Grandinetti  
Des. Paulo Habith  
Des. Paulo Cezar Bellio  
Des. Guilherme Luiz Gomes  
Des. Francisco Pinto Rabello Filho  
Des. Jorge de Oliveira Vargas  
Des. Antonio Loyola Vieira



## Infraestrutura

1. Criação de Varas e Comarcas.....	4
2. Estatização .....	4
3. Construção e ampliação.....	4
4. Criação de novas Varas de Família .....	4
5. Criação de Varas exclusivas da Fazenda Pública e de Executivos Fiscais .....	4
6. Aumento de número de Juizados com competência exclusiva.....	4
7. Criação de novas regiões metropolitanas.....	5
8. Elevação de Comarcas às entrâncias final e intermediária .....	5
9. Redesenho das Seções Judiciárias do Estado .....	5
10. Instalação da Ouvidoria-Geral da Justiça .....	6
11. Criação da Coordenadoria de Execução Penal .....	6
12. Criação de Varas de Execuções Penais .....	6
13. Licitação da construção do Fórum Cível de Curitiba .....	6
14. Atualização e renovação da frota de veículos do TJPR .....	7
15. Unificação de competências dos Juizados Especiais de entrância final.....	7
16. Novas instalações dos Juizados Especiais de Curitiba .....	7

## Recursos Humanos

17. Criação de cargos de juiz .....	8
18. Criação de cargos de assistente .....	8
19. Chamamento de servidores concursados .....	8
20. Estrutura da Corregedoria da Justiça .....	8
21. Criação do gabinete do juiz .....	8
22. Realização de concursos para Juiz Substituto .....	9
23. Abertura de concurso público para serventias do foro extrajudicial .....	9
24. Criação de cargos de juiz para as Turmas Recursais do Juizado Especial .....	9
25. Atualização e renovação da frota de veículos do TJPR .....	9

## Ações

26. Encontros regionais .....	10
27. Inspeção do CNJ .....	10
28. Grupos de Trabalho .....	10
29. Implantação do plano de cargos e salários .....	10
30. Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz.....	10
31. Nova política de atendimento à Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba .....	11
32. Mutirão de recolhimento de armas e munições .....	11
33. “Justiça em Números” do CNJ .....	11
34. Reformulação do Portal do TJPR na internet .....	11
35. Implantação do Boletim Informativo da Corregedoria-Geral da Justiça.....	12
36. Elaboração de proposta de reestruturação administrativa da Corregedoria-Geral da Justiça.....	12
37. Realização do 59º ENCOGE .....	12
38. Intensificação das correições e inspeções.....	12
39. Continuidade do projeto “Inspeção de Diagnóstico Estrutural” .....	13
40. Correição e força-tarefa nas Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba .....	13
41. Atuação integrada da Corregedoria com o Departamento de Tecnologia do TJPR .....	13
42. Criação de várias comissões de estudo .....	14
43. Novo Termo de Cooperação entre o Estado do Paraná e TJPR para realização de exames de DNA .....	14
44. Criação de banco de laboratórios para cotação de valores de exames de DNA .....	14
45. Orientação e apoio do projeto “Pai Presente”.....	15
46. Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria.....	15
47. Criação do Núcleo de Cooperação Judiciária .....	15
48. Mutirão do Tribunal do Júri .....	15
49. Presidência do Colégio Permanente de Corregedores .....	15
50. Convênios celebrados no âmbito do Sistema de Juizados Especiais.....	16
51. Justiça ao Consumidor .....	16
52. Justiça ao Torcedor .....	16
53. Justiça se Aprende na Escola .....	16
54. Juizado Móvel de Trânsito.....	17
55. Justiça Comunitária .....	17
56. Operação Litoral .....	17
57. Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao Uso de Drogas (PAPPUD).....	17
58. Projeto de Tratamento de Situações de Superendividamento do Consumidor .....	18
59. Cursos de capacitação promovidos pela ESEJE .....	18

## Sistemas

60. Consolidação da implantação do mandado de prisão eletrônico, iniciada em 2010.....	19
61. Implantação do PROJUDI.....	19
62. Criação da Carta Precatória Eletrônica .....	19
63. Desenvolvimento da calculadora de execução penal .....	19
64. Criação do Malote Digital .....	20
65. Sistema de pré-cadastro.....	20
66. Sistema de gerenciamento das designações de Juizes-Leigos e Conciliadores .....	20
67. Mesa do Corregedor e Correição Virtual.....	21
68. Sistema eVEP.....	21

## Infraestrutura



## *1. Criação de Varas e Comarcas*

Foram criadas **57** Varas e **03** Comarcas, desde o mês de fevereiro de 2011, com a instalação de **50** varas.

---

## *2. Estatização*

Foram estatizadas **22** serventias.

---

## *3. Construção e ampliação*

No total são 29 obras de Fóruns, das quais **12** obras foram concluídas e inauguradas, e **17** obras estão em andamento.

---

## *4. Criação de novas Varas de Família*

Criação de mais **04** Varas de Família no Foro Central de Curitiba, que somando-se às **04** antigas e aos **02** Fóruns Descentralizados, passou para **10** Varas com atendimento à área da família.

---

## *5. Criação de Varas exclusivas da Fazenda Pública e de Executivos Fiscais*

Criação de Varas exclusivas da Fazenda Pública ou de Executivos Fiscais em Londrina, Paranaguá, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Colombo e Ponta Grossa, para acelerar a recuperação do crédito tributário, entre outros objetivos.

---

## *6. Aumento do número de Juizados com competência exclusiva*

Aumento do número de Juizados que tratam exclusivamente da Violência contra a Mulher, em Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais, bem como de Varas de Medidas Alternativas, para melhor controle dos presos em regime aberto e penas restritivas de direito.

---

## 7. Criação de novas regiões metropolitanas

Criação das regiões metropolitanas de Londrina e Maringá, integrando as Comarcas próximas ao Foro Central dessas Comarcas, com acréscimo de um assessor para os juízes dessas comarcas.

## 8. Elevação de Comarcas às entrâncias final e intermediária

Elevação à entrância final de **11** Comarcas, que tinham **05** ou mais Varas e mais de **80 mil** habitantes, para promover melhor distribuição da prestação jurisdicional e maior estabilidade dos serviços, diminuindo a movimentação na carreira.

Elevação à entrância intermediária de **06** Comarcas, com a criação de **07** novas varas, das quais uma delas é decorrente do desmembramento da vara de Ibaiti, que já era intermediária.

## 9. Redesenho das Seções Judiciárias do Estado



Redesenho das Seções Judiciárias do Estado, com a criação de **11** novas Seções Judiciárias, cada uma com um cargo de Juiz Substituto, para melhor atender a demanda.

## *10. Instalação da Ouvidoria-Geral da Justiça*

A instalação da Ouvidoria-Geral da Justiça em 2011 veio a reforçar a participação democrática da sociedade na Administração Pública, em especial no Judiciário Paranaense. Tal órgão vem se revelando como um importante instrumento de valorização da cidadania, permitindo que sejam detectados e mapeados os problemas enfrentados pelo usuário do serviço público do Poder Judiciário, gerando o salutar aperfeiçoamento de suas atividades.

---

## *11. Criação da Coordenadoria de Execução Penal*

A Coordenadoria de Execução Penal e de Monitoramento das Medidas Cautelares Penais (CEPEM) tem como atividade precípua a organização do sistema de execução penal e monitoramento da prisão provisória e das demais medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

---

## *12. Criação de Varas de Execuções Penais*

Criação de Varas de Execuções Penais na Comarca de Cruzeiro do Oeste e no Foro Regional de Piraquara.

---

## *13. Licitação da construção do Fórum Cível de Curitiba*



Licitação da primeira parte do projeto do novo Fórum de Curitiba, prevista para ficar pronta em janeiro do ano que vem. O novo prédio terá **15.200** metros quadrados.

A segunda etapa, ainda sem prazo para ser concluída, porém, também seguindo o mesmo padrão de rapidez para acomodar as varas, será desenvolvida na antiga Prisão Provisória do Ahu.

No total, o novo projeto, incluindo as suas duas fases, prevê ampliar as instalações do Judiciário da capital para **24.795** metros quadrados.

O projeto foi desenvolvido pelo Departamento de Engenharia do TJ. O espaço conjunto dos dois edifícios deverá abrigar **37** varas cíveis: **23** em uma edificação e **14** em outra. Cada vara contará com o dobro de espaço físico destinado hoje às varas cíveis de Curitiba.

---



## *14. Atualização e renovação da frota de veículos do TJPR*

Gestão na atualização e renovação da frota de veículos do TJPR em apoio aos trabalhos de inspeção e correções realizadas pela CGJ, com a licitação de **05** novos veículos para uso da Corregedoria e Presidência.

---

## *15. Unificação de competências dos Juizados Especiais de entrância final*

Baseado no “Projeto Piloto” de 1º de outubro de 2010 realizado, inicialmente, na Comarca de Guarapuava, o Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais apresentou proposta ao Órgão Especial para extensão do projeto, no sentido de unificar a competência das demais Comarcas de entrância final, resultando na edição da Resolução nº 12/2011, que entrou em vigor no final de outubro para as Comarcas do Interior, e passou a valer a partir do início do ano de 2012 para o Foro Central da Comarca de Curitiba.

---

## *16. Novas instalações dos Juizados Especiais de Curitiba*

Com o esforço conjunto e convergente de toda a Administração do Tribunal, os Juizados Especiais de Curitiba, especialmente os Juizados Cíveis, que ocupavam instalações precárias e insalubres, foram alocados em novo prédio situado na Avenida Getúlio Vargas, com estrutura adequada e preparada para receber as sessões de conciliação, instrução e julgamento, bem como todas as secretarias de Juizado Especial.

---



## Recursos Humanos

---

### *17. Criação de cargos de juiz*

No total, foram criados **124** cargos de juiz, dos quais: • **37** de Juiz de Direito de entrância final; • **25** de Juiz de Direito de entrância intermediária; • **04** de Juiz de Direito de entrância inicial e • **18** de Juiz Substituto.

---

### *18. Criação de cargos de assistente*

Foram criados **1.198** cargos comissionados de assistente I e II para juiz e desembargador.

---

### *19. Chamamento de servidores concursados*

Foram chamados **143** analistas judiciários e **766** técnicos judiciários para recomposição do quadro ou para atuação nas varas estatizadas.

Além disso, houve o chamamento de **85** psicólogos e **17** assistentes sociais para as Varas da Infância, Juventude e Família.

Foram criados também **30** cargos de analista de sistemas, **03** cargos de designer gráfico e **50** cargos de técnico em computação.

Há ainda projeto de lei no sentido de criar **100** cargos de técnico judiciário.

---

### *20. Estrutura da Corregedoria da Justiça*

Aumento da estrutura da Corregedoria da Justiça, com a criação de **02** novos cargos de juízes auxiliares.

---

### *21. Criação do gabinete do juiz*

Criação do “Gabinete do Juiz”, com dotação de **02** assessores (bacharel em Direito) para os de entrância final, ou de **01** assessor (bacharel em Direito) para os juízes das demais entrâncias, bem como de **01** estagiário de graduação e **01** de pós-graduação, para todos os juízes.

---



## *22. Realização de concursos para Juiz Substituto*

Realização de 02 concursos públicos para Juiz Substituto, com aprovação de 58 magistrados no primeiro certame. O segundo encontra-se em andamento.

---

## *23. Abertura de concurso público para serventias do foro extrajudicial*

Abertura de concurso público para preenchimento de mais de 360 serventias vagas no foro extrajudicial.

---

## *24. Criação de cargos de juiz para as Turmas Recursais do Juizado Especial*

Criação de **08** cargos efetivos de juiz para as Turmas recursais do Juizado Especial.

---

## *25. Atualização e renovação da frota de veículos do TJPR*

Gestão na atualização/renovação da frota de veículos do TJPR em apoio aos trabalhos de inspeção e correções realizadas pela CGJ, com a licitação de **05** novos veículos para uso da Corregedoria e Presidência, bem como veículos para uso de todos os desembargadores.

---

## Ações

---

### *26. Encontros regionais*

Realização de **05** encontros regionais (Seminários de Gestão Judiciária), da cúpula do TJ com os juízes do Estado, para ouvir reclamações e sugestões.

---

### *27. Inspeção do CNJ*

Revisão, em novembro de 2011, da inspeção feita pelo CNJ, que constatou a correção de várias irregularidades apontadas na inspeção de 2009.

---

### *28. Grupos de Trabalho*

Criação de vários Grupos de Trabalho, em conjunto com a AMAPAR, para atualizar o Código de Normas e procedimentos relativos à prestação jurisdicional.

---

### *29. Implantação do plano de cargos e salários*

Implantação do Plano de Cargos e Salários, em fevereiro de 2011, após ter sido aprovado no final de 2010, com melhoria da remuneração dos servidores.

---

### *30. Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz*



Os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, o Ministério Público do Paraná, a Defensoria Pública do Paraná e a Ordem dos Advogados do Brasil-OAB/PR assinaram, no dia 27 de abril de 2012, o Pacto Movimento Mãos Amigas pela Paz, que simboliza o Novo Modelo de Gestão da Execução Penal no Estado e tem por objetivo principal operacionalizar ações conjuntas visando o aprimoramento da gestão do Sistema Penal e o respeito à dignidade humana.

---

### *31. Nova política de atendimento à Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba*

Reformulação da política de atendimento à Fazenda Pública, Falências e Concordatas no Foro Central de Curitiba, com a criação de mais **10** Varas, que somadas às **04** antigas, passaram a dividir o acervo de processos em tramitação, com especialização em executivos fiscais, recuperação judicial e fazenda pública.

---

### *32. Mutirão de recolhimento de armas e munições*

Mutirão de recolhimento de armas e munições, com a remessa ao Ministério do Exército, em 2011, de **22.800** armas apreendidas; continuidade do mutirão em 2012, com a remessa, até agora, de aproximadamente **15.000** armas para destruição.

---

### *33. “Justiça em Números” do CNJ*

**1º** lugar em produtividade entre os **15** tribunais estaduais de grande e médio porte, em 2011, segundo a publicação “Justiça em Números”, do CNJ ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

---

### *34. Reformulação do Portal do TJPR na internet*



Reformulação do Portal do TJPR na Internet, modernizando e facilitando o acesso às informações da Justiça no Estado do Paraná.

---

## 35. Implantação do Boletim Informativo da Corregedoria-Geral da Justiça



Implantação e emissão do Boletim Informativo Eletrônico mensal da Corregedoria-Geral da Justiça, disseminando informações da CGJ em sua área de atuação.

## 36. Elaboração de proposta de reestruturação administrativa da Corregedoria-Geral da Justiça

Elaboração e encaminhamento de proposta de Reestruturação Administrativa do Gabinete do Corregedor-Geral da Justiça e do Departamento da Corregedoria-Geral, no âmbito do Projeto Organização das Áreas da Corregedoria-Geral, constante no Plano de Ações Estratégicas da CGJ para o biênio 2011-2012.

## 37. Realização do 59º ENCOGE



Realização do 59º ENCOGE em Foz do Iguaçu, em abril de 2012, que contou com a presença da Ministra Eliane Calmon e 24 Corregedores-Gerais dos Estados da Federação, além outras autoridades, juízes e assessores.

## 38. Intensificação das correições e inspeções

Intensificação das correições e inspeções em varas judiciais e extrajudiciais, permitindo que o monitoramento desenvolvido nas varas criminais, se estendesse às demais áreas (fazenda pública, civil, infância e juventude e família).

Foram realizadas correições em **70** Comarcas e em **63** Varas do ofício judicial, no Foro Central de Curitiba, além de inspeção em **28** Comarcas e **19** ofícios extrajudiciais de Curitiba, no biênio 2011-2012.

### *39. Continuidade do projeto “Inspeção de Diagnóstico Estrutural”*



Continuidade do projeto “*Inspeção de Diagnóstico Estrutural*”, no diagnóstico das varas judiciais avaliadas em situação precária, através da utilização dos marcadores estatísticos de desempenho. Este projeto na gestão anterior havia sido realizado com resultados altamente positivos na Vara Criminal e Anexos da Comarca de Matinhos.

---

### *40. Correição e força-tarefa nas Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas de Curitiba*

Durante o ano de 2011, houve correição e força-tarefa nas **04** Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas do Foro Central, bem como nas **04** Varas de Família de Curitiba. Ainda em 2011, houve mutirão nos processos em curso nas **02** Varas Criminais de Colombo.

Em 2012, houve força-tarefa na Vara da Fazenda Pública de São José dos Pinhais. Atualmente, desenvolve-se força-tarefa nas Varas Criminais de Sarandi, com treinamento do pessoal e orientação de serviço, feito pela Escola de Servidores, com autorização da presidência do TJ, na área de Família, Infância e Juventude, bem como nas Varas Criminais. Esse grupo de trabalho, composto por servidores e professores, estenderá seu trabalho em Sarandi até meados de outubro.

---

### *41. Atuação integrada da Corregedoria com o Departamento de Tecnologia do TJPR*

Atuação integrada da Corregedoria com o Departamento de Tecnologia do Tribunal na especificação de requisitos, desenvolvimento e implantação de versões mais modernas e integradas dos sistemas que apoiam o judiciário paranaense (SICC, E-Mandado, Projudi, E-Vep, Carta Precatória, etc.).

---



## *42. Criação de várias comissões de estudo*

Criação de várias comissões para tratar de assuntos de relevância na evolução da prestação do serviço jurisdicional:

- Comissão de Estudos: Capacitação e Especialização;
- Comissão de Estudos: Estrutura Modelo para Serventias do Foro Extrajudicial;
- Comissão Especial: Gestão de Pessoas e de Processos;
- Comissão Especial: Perícias Judiciais;
- Comissão Especial: Aperfeiçoamento do Método de Vitaliciamento dos Magistrados;
- Comissão Especial: Assistência Judiciária e Gratuidade Processual;
- Comissão Especial: Gestão Documental para Fins de Solucionar a Questão dos Arquivados;
- Comissão Especial: Reestudo do Plantão Judiciário;
- Comissão Especial: Reestudo do Sistema Mensageiro.
- Comissão Especial: Regulamento Atribuições de Juiz Substituto e Juiz de Direito Substituto;
- Comissão Especial: Reunião e Divulgação de Práticas Inovadoras no Âmbito do Judiciário Estadual.

---

## *43. Novo Termo de Cooperação entre o Estado do Paraná e TJPR para realização de exames de DNA*

Gerenciamento pela Corregedoria-Geral da Justiça do novo Termo de Cooperação entre o Estado do Paraná e TJPR (protocolo 2009.0334446) na realização de exames de DNA, visando resolver os casos de assistência judiciária gratuita em tramitação nos juízos do Paraná de forma gratuita, através do laboratório Biocod e demais credenciados.

---

## *44. Criação de banco de laboratórios para cotação de valores de exames de DNA*

Criação de um banco de laboratórios à disposição dos juízos paranaenses para obter cotação de valores de exames de DNA, via internet, para escolha livre das partes que deles necessitem e assim possam agilizar o julgamento dos casos de investigação de paternidade – em fase de implementação.

---

## 45. *Orientação e apoio do projeto “Pai Presente”*



Orientação e apoio aos juízos no sentido de fomentar o projeto “Pai Presente”, idealizado pela Corregedoria do CNJ, proporcionando a elevação do Paraná para o terceiro Estado da Federação com melhor desempenho no programa nacional, com **2.652** reconhecimentos de paternidade.

---

## 46. *Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria*



Em vigor desde 15.08.11, o Manual de Procedimentos Internos da Corregedoria-Geral da Justiça, também denominado MPI-CGJ, consolida as instruções que tratam sobre procedimentos internos e rotineiros desenvolvidos na Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, com abrangência ao primeiro grau de jurisdição em se tratando de matéria administrativa correlata.

---

## 47. *Criação do Núcleo de Cooperação Judiciária*

Criação, por Resolução do Órgão Especial, do Núcleo de Cooperação Judiciária e da figura do Juiz Cooperador, vinculado à Corregedoria-Geral da Justiça, objetivando agilidade entre os órgãos judiciários, inclusive entre juízes de ramos judiciários distintos.

---

## 48. *Mutirão do Tribunal do Júri*

Mutirão do Tribunal do Júri, com a realização de mais de **250** júris em uma semana, no ano de 2012.

---

## 49. *Presidência do Colégio Permanente de Corregedores*

Em dezembro de 2011, o Corregedor-Geral da Justiça do Paraná foi escolhido como Presidente do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

---

## 50. Convênios celebrados no âmbito do Sistema de Juizados Especiais

Em 2011, a 2ª Vice-Presidência analisou mais de **80** expedientes que tratam sobre convênios celebrados no âmbito dos Juizados Especiais, dos quais se destacam aqueles firmados com Associações Comerciais locais, objetivando a cessão de empregados para atuarem nas demandas atinentes às microempresas, e ainda aqueles que objetivam o efetivo cumprimento das penas e medidas alternativas no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

## 51. Justiça ao Consumidor

Instalação do Posto Avançado dos Juizados Especiais na sede do PROCON de Curitiba, localizada à Rua Presidente Faria, nº 431, Centro, com a finalidade de dar celeridade à prestação jurisdicional e aproximar a Justiça do cidadão que esteja envolvido em um conflito advindo de uma relação de consumo.

## 52. Justiça ao Torcedor



Trata-se do Posto Avançado do Juizado Especial Criminal, que funciona em regime de plantão nos eventos esportivos com fluxo previsto de público acima de 20 mil pessoas, ou sempre que houver solicitação dos clubes participantes conveniados ao programa, em observância às disposições do Estatuto do Torcedor. Possui como objetivos: **a)** prevenir a ocorrência de condutas delituosas nos eventos esportivos, mediante procedimentos e ações em conjunto com as diretorias dos clubes esportivos e suas torcidas organizadas; **b)** garantir os direitos do torcedor; **c)** adequar e uniformizar as alternativas penais aplicáveis aos infratores e promover o cadastro de identificação fotográfica; e **d)** minimizar a prática da violência ou delitos próprios dos eventos esportivos mediante identificação e indiciamento dos transgressores.

## 53. Justiça se Aprende na Escola



Trata-se de projeto resgatado pela 2ª Vice-Presidência para atendimento do contido na Meta nº 4 para o ano de 2011 do Conselho Nacional de Justiça, com o objetivo de promover o esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

## 54. Juizado Móvel de Trânsito



### JUIZADO MÓVEL DE TRÂNSITO

Programa que visa à prestação de serviços voltados ao atendimento de pessoas envolvidas em acidentes de trânsito sem vítimas, propondo a realização de audiências conciliatórias no local do acidente.

Por ter sua atuação na fase pré-processual, a prevenção da judicialização das demandas que envolvem acidentes de trânsito sem vítimas é o principal resultado das ações empreendidas, cujo índice atingiu aproximadamente **80%** dos atendimentos realizados no projeto-piloto realizado em Maringá.

---

## 55. Justiça Comunitária

Trata-se prática pré-processual que funciona no seio da comunidade e é administrado localmente por líderes comunitários devidamente capacitados, que exercem o papel de mediadores dos conflitos, de educadores e de disseminadores da cultura de pacificação social, por meio do conhecimento dos direitos sociais e comunitários.

O projeto funciona na unidade do Juizado Especial do Bairro Sítio Cercado em Curitiba e já possui 12 líderes comunitários que atuam sob a supervisão de um Juiz de Direito, com o apoio de um assistente social e membros do Ministério Público.

Recentemente, foi instalado também no Fórum Descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba.

---

## 56. Operação Litoral



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ  
**OPERAÇÃO LITORAL**  
JUIZADOS ESPECIAIS

Neste biênio, a edição da Operação Litoral foi implementada nas comarcas de Paranaguá, Matinhos e Guaratuba sob uma nova perspectiva, com atuação exclusiva nos períodos de altíssima temporada, que antecedem e englobam os feriados de Ano Novo e de Carnaval.

---

## 57. Programa de Alternativas Penais em Prevenção ao Uso de Drogas (PAPPUD)



**PAPPUD**  
Programa de Alternativas Penais  
em Prevenção ao Uso de Drogas

Reestruturado para dar atendimento ao Provimento nº 04 da Corregedoria Nacional de Justiça, o programa visa a instrumentalização de juízes, equipes interdisciplinares e servidores com abordagens técnicas específicas aos usuários de drogas, com a implementação de atividades destinadas ao fortalecimento e efetividade das redes locais voltadas à atenção, reinserção social e tratamento de usuários ou dependentes de drogas, nos termos do artigo 28, § 7º, da Lei Federal nº 11.343/2006.

## 58. Projeto de Tratamento de Situações de Superendividamento do Consumidor



Trata-se de projeto com o objetivo de mediar a renegociação de dívidas decorrentes de relação de consumo (não profissionais), do devedor pessoa física, de boa fé, que se vê impossibilitado de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (superendividado), com todos os seus credores, de acordo com seu orçamento familiar, de modo a garantir a subsistência básica de sua família.

## 59. Cursos de capacitação promovidos pela ESEJE



Com foco na capacitação, a Escola de Servidores da Justiça Estadual do Paraná promoveu os seguintes cursos:

- **29** cursos de Formação Inicial para servidores recém-nomeados realizados nas Unidades da Capital, Região Metropolitana e Interior do Estado: **204** servidores atendidos;
- **04** turmas do Curso de Capacitação para Técnicos Judiciários em Atividade Externa – função de Oficial de Justiça: **132** servidores atendidos;
- **04** unidades judiciais atendidas com equipe de Treinamento e Acompanhamento em Serviço: **20** servidores atendidos;
- **09** eventos/cursos/palestras transmitidos via webcast: aproximadamente **1708** registros de participação de servidores e colaboradores (nas modalidades presencial e à distância);
- **03** curso para atendimento de públicos específicos: **74** servidores atendidos;
- **42** eventos realizados em parceria, contratação In Company e/ou inscrição de servidores em evento externo (nas modalidades presencial e à distância): **1093** servidores e colaboradores atendidos;
- Pós-graduação (Habilitação em Gestão de Pessoas e Logística): **122** servidores da Capital e Interior cursando;
- Graduação - Curso de Tecnologia em Gestão Pública (turma 2009 - 2011): **104** servidores formandos.

## Sistemas

---

### *60. Consolidação da implantação do mandado de prisão eletrônico, iniciada em 2010*



O eMandado é uma aplicação web, disponível na Intranet do TJPR, que tem como finalidade a gestão dos mandados de prisão e alvarás de soltura emitidos, eletronicamente, pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná.

O eMandado foi idealizado e desenvolvido pelos servidores da Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais do Departamento de Tecnologia de Informação e Comunicação do Tribunal de Justiça do Paraná com regulamentação da Corregedoria Geral de Justiça - CGJ.

---

### *61. Implantação do PROJUDI*



Implantação do processo eletrônico em todos os ramos do judiciário estadual, totalizando **1.084.000** processos em agosto 2012 e **481** unidades judiciais informatizadas.

---

### *62. Criação da Carta Precatória Eletrônica*

A carta precatória eletrônica é uma ferramenta que foi incorporada nos Sistemas “SICC 4” e “Projudi”, cuja funcionalidade trouxe o aprimoramento da atividade judicial, com a padronização dos atos ordinatórios praticados pelas unidades que delas se utilizam e a celeridade no cumprimento dos atos deprecados. A utilização da carta precatória eletrônica foi regulamentada pelo Código de Normas, com a redação dada pelo Provimento nº 223/2012, da Corregedoria-Geral da Justiça.

---

### *63. Desenvolvimento da calculadora de execução penal*



Desenvolvimento da calculadora de execução penal, premiada no UNIP (São Paulo) e adotada pelo CNJ em 12 de setembro de 2011 como modelo para todos os tribunais do país, criação do

Departamento de Tecnologia e Informação do Tribunal de Justiça do Paraná.

---

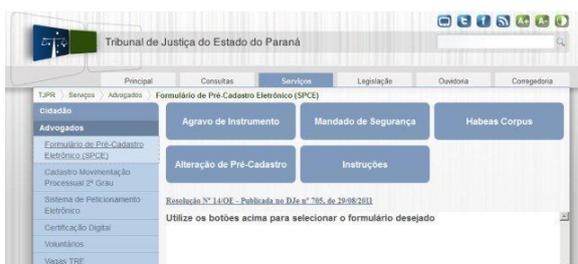
## 64. Criação do Malote Digital

O Malote Digital é um sistema desenvolvido com a finalidade de possibilitar comunicações recíprocas, oficiais e de mero expediente. O sistema (originalmente chamado Hermes) foi desenvolvido pelo TJ-RN para uso interno. Posteriormente, foi cedido por meio de convênio ao CNJ, onde sofreu adaptações para permitir a troca eletrônica de correspondências entre diversos órgãos do Poder Judiciário, passando a ser conhecido como Malote Digital.

Atualmente, o sistema é utilizado por todo o Poder Judiciário em substituição à remessa física de comunicações.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná regulamentou sua utilização pela Resolução nº 25/2011, do Órgão Especial.

## 65. Sistema de pré-cadastro



O Departamento de Distribuição de Recursos do TJ ainda enfrenta acúmulo, porém, desde o mês de agosto 2012, todas as apelações cíveis e reexames necessários recebem um pré-cadastro feito pelo escrivão, na própria vara ou comarca de origem (Provimento nº 231 da Corregedoria) e, a partir de 1º de

outubro de 2012, a Resolução nº 14/2012, do Órgão Especial, determinou a implantação do sistema de Pré-Cadastro Eletrônico (SPCE), pelo interessado, de ações e recursos de competência originária do TJ. Serão cadastradas, num primeiro momento, as petições iniciais dos Agravos de Instrumento, Mandados de Segurança e Habeas Corpus. A providência visa agilizar os procedimentos relativos ao registro, autuação e distribuição de feitos de competência originária do TJ, além de considerar ainda, a crescente demanda de ações, recursos e incidentes protocolizados, diariamente, no Tribunal.

## 66. Sistema de gerenciamento das designações de Juízes-Leigos e Conciliadores

Em ação conjunta com a Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR, criou-se sistema para gestão de processos administrativos de todos os procedimentos afetos a Juízes Leigos e Conciliadores no âmbito dos Juizados Especiais, que passaram a tramitar em meio eletrônico, desde janeiro de 2012.

## 67. Mesa do Corregedor e Correição Virtual



A partir do projeto de Monitoramento de Varas Judiciais, iniciado no ano de 2008, na gestão do Desembargador Leonardo Lustosa, tornou-se possível a criação da Mesa do Corregedor e Correição Virtual.

Trata-se de módulo desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia do TJPR, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça, em funcionamento desde janeiro de 2012, cuja funcionalidade permite o acompanhamento online dos índices de produtividade das unidades judiciais e dos magistrados, levando em conta os seguintes critérios: **a)** a média das comarcas de igual entrância e dos limites de tolerância mínimo e máximo; **b)** a média de feitos distribuídos, em andamento e arquivados; **c)** a última audiência designada; **d)** os processos conclusos há mais de 90 dias; **e)** os processos devolvidos com mais de 90 dias de conclusão; **f)** o tempo médio de conclusão com o magistrado, de cumprimento de atos pela secretaria e de duração do processo.

Para o segundo semestre está previsto ainda o desenvolvimento do Projudi Criminal, completando-se assim, todas as competências com o processo eletrônico.

O novo módulo permite, também, o controle das metas do CNJ e a realização da “Correição Virtual”, com a análise quantitativa e qualitativa da atividade jurisdicional.

## 68. Sistema eVEP



O eVep é um sistema para controle de processos das Varas de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que entrou em funcionamento no dia 30 de julho de 2012, possui uma interface prática e funcional e tem a finalidade de agilizar e aumentar a produtividade no trabalho diário dos servidores, escrivães e magistrados das referidas varas.

O eVep foi desenvolvido integralmente pela equipe de Seção de Sistemas de Execução Penal do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação em substituição aos sistemas CRIMINAL e CRIMINAL-2 (TCACHE). A Corregedoria-Geral atuou como gestora do sistema.